

AJUSTE FISCAL

Cortes afetarão projetos do Brasil em Ação

Setores de educação e saúde terão orçamento 10% menor que o previsto

IRANY TEREZA

BRASÍLIA – Os cortes no orçamento da União para 1999, fixados em R\$ 8,67 bilhões sobre o que estava programado, afetarão inclusive projetos considerados prioritários, incluídos no Programa Brasil em Ação, o carro-chefe do governo federal. Para o ano que vem, o governo havia previsto a aplicação de recursos em torno de R\$ 43 bilhões em investimentos e custeio. A tesoura do ajuste reduziu a verba para cerca de R\$ 34,3 bilhões. O montante corresponde, nominalmente, a menos R\$ 5 bilhões do que foi executado este ano.

“É a primeira vez que vai haver um esforço efetivo de redução dos gastos do governo federal”, afirma o ministro do Planejamento, Paulo Paiva. Ele confirmou que o cronograma do Brasil em Ação sofrerá atrasos em função dos cortes. Nas áreas de Educação e Saúde, o ajuste corresponderá a 10% a menos do que estava previsto. O secretário-executivo do Ministério do Planejamento, Martus Tavares, definiu o ajuste como “cumulativo”, já que estará também adicionando os cortes sobre o orçamento deste ano, mas não detalhou como serão as reduções.

Na semana que vem, o governo deverá encaminhar ao Congresso a nova proposta de orçamento, em substituição à que foi feita em agosto, onde estarão explicitados os novos valores para cada área. Impossibilitada pela Constituição de alterar despesas com pessoal, benefícios previdenciários e transferências para Estados e Municípios, a equipe econômica mexeu somente no que chamou de gastos “comprimíveis”. Nesta classificação está incluído apenas o item “Outras Despesas de Custeios e Capital” (OCC), que inclui investimentos, prestação de serviços na área social, expansão da infra-estrutura econômica e despesas com a máquina administrativa.

O item OCC corresponde a um quarto das despesas não financeiras do chamado “governo central” (Tesouro, Banco



Ed Ferreira/AE

Martus Tavares, do ministério do Planejamento: “Ajuste cumulativo”

ESFORÇO FISCAL NO GOVERNO CENTRAL						
Redução de gastos						
	1999		2000		2001	
	R\$ milhões	% PIB	R\$ milhões	% PIB	R\$ milhões	% PIB
Total	8.671,0	0,95	8.844,4	0,92	9.021,3	0,89
Redução do OCC	8.671,0	0,95	8.844,4	0,92	9.021,3	0,89

Art. 169

GOVERNO
APENAS MEXEU
EM GASTOS
“COMPRIMÍVEIS”

Central e Previdência). O secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Pedro Parente, disse que no programa de ajuste o governo propõe a incorporação de mecanismos de controle prévio para o estabelecimento de metas orçamentárias. Isto facilitará o controle de gastos não apenas da União, mas também de Estados e Municípios, que, no esforço para alcançar o superávit primário de 2,6% do Produto Interno Bruto (PIB) no ano que vem, serão responsáveis por 0,4%. A União caberá administrar 1,8% do superávit e às estatais, os restantes 0,4%.

“Nenhuma das medidas apresenta um cheque em branco em nome do Poder Executivo”, disse Parente. “Tudo constará da proposta orçamentária e te-

rá de ser discutido pelo Legislativo.” Entre esse conjunto de medidas, ele inclui limites de dívida, déficit, receita e despesas. As reformas estruturais que virão após o ajuste, irão prever penalidades para o não cumprimento de determinações orçamentárias e metas fiscais. Elas poderão ser institucionais, com suspensão de repasses ou individuais, que recairão sobre as autoridades fiscais das três esferas de governo.

Preferindo chamar de “reestruturação de gastos” os cortes previstos no orçamento, Martus Tavares disse que a partir do início de 1999, será necessário, na preparação do plano plurianual, uma mudança na classificação orçamentária para permitir a identificação dos tipos de gastos, com as metas estipuladas e os financiamentos para cada programa. “Vamos usar a experiência bem sucedida do Brasil em Ação”, comentou.